

## PROJETO DA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE CARAGUATATUBA

### TEMA: “OS DESAFIOS DO ENVELHECER NO SÉCULO XXI E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”

#### 1. JUSTIFICATIVA

A realização de Conferências Municipais do Idoso antecedendo as Estaduais e a Nacional, prevista para o exercício de 2019, em Brasília, constitui etapa fundamental no processo de escuta e conscientização da população para a importância da voz dos idosos na discussão, definição e defesa das Políticas Públicas voltadas à garantia de seus direitos. Em 2019, o tema proposto é discutido através de 04 (quatro) eixos.

Tema central da Conferência dos Direitos da Pessoa idosa: **Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das Políticas Públicas.**

São quatro Eixos propostos:

- 1) Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas. Subeixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer.
- 2) Educação: assegurando direitos e emancipação humana.
- 3) Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.
- 4) Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.



Para efetivação dessas pospostas, é fundamental a participação articulada de Conselhos, Governos Municipais e Estaduais, bem como da população em geral e particularmente dos idosos, o que ocorre exatamente em nível Municipal e Estadual.

Para desenvolvimento deste trabalho em nível Municipal foi criado a Comissão Organizadora da 2ª Conferência Municipal do Idoso, composta por: **Zally Pinto de Vasconcellos Queiroz, João Rocha, Adriana dos Santos, Cecília de Oliveira Piauí, Renata Shiraishi, Jaqueline Teixeira da Silva e Maria Aparecida Waack.**

## **2. PRIMEIRA ETAPA: PRÉ- CONFERÊNCIA**

Objetivo: Para que se possa ouvir a população idosa do município em toda a sua extensão, deverá ser realizada uma Pré Conferência, com a participação da população representativa dos idosos de todo o Município.

Proposta de trabalho para a Pré-Conferência.

- 2.1. Definição de 03 (três) áreas geográficas dentro do Município, conforme distribuição das unidades prestadoras de serviços de saúde e assistência social.

Para essa etapa propõe-se a criação de grupo de trabalho, envolvendo além dos conselheiros, os profissionais das Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social e SEPEDI, a ser instalado em Janeiro de 2019, sendo necessária articulação com as Secretarias afins.

- 2.2. Calendário proposto de trabalho para essa etapa;

Janeiro de 2019: Definição da equipe intersecretarial e da dinâmica dos trabalhos.

Fevereiro: Capacitação da Equipe, por técnicos relacionados aos temas dos eixos e a Pré Conferência no dia 19.



### 3 - RECURSOS:

#### 3.1. PRIMEIRA ETAPA:

Físicos: Espaços para a realização da Pré-Conferência. Sugerimos a utilização das dependências do CIAPI e da SEPEDI para a realização dessa etapa preliminar.

Materiais: Blocos, canetas, material informativo, equipe de som, flip-charts e material de escrita, computador para os grupos de trabalho, pastas, camisetas, caneta Piloto azul, preta e vermelha, fita crepe, cartolinas, durex, indicadores para grupos (cores), identificadores para votar, crachás dos participantes, suporte para Flipchart (6 unidades).

Humanos: Para melhor participação e aproveitamento será feita a divisão em 04 grupos de trabalho com participantes técnicos e suplentes. Para atendimento a dinâmica proposta.

Alimentação: 300 lanches para aproximadamente 150 pessoas, manhã e tarde.

#### 3.2. SEGUNDA ETAPA: II Conferência Municipal do Idoso.

Data de Realização: 23 de Março de 2019.

Local: Salão do Centro Integrado de Atenção a Pessoa com Deficiência e Idoso – CIAPI, Av. Jorge Burihan, 30 – Jd Jaqueira.

Objetivo: A partir das sugestões da Pré-Conferência, eleger as propostas do CMDDI de Caraguatatuba para a Conferência Estadual do Idoso, a ser realizada em São Paulo.

Dinâmica dos trabalhos:

Sessão de Abertura, com autoridades, palestrantes e convidados.

Divisão do público em grupos de discussão a partir dos eixos e definição das propostas a serem encaminhadas à Conferência Estadual.

Escolha dos Delegados à Conferência Estadual.





#### 4. RECURSOS NECESSÁRIOS:

Físicos: Local para realização do evento (Salão do Centro Integrado de Atenção a Pessoa com Deficiência e Idoso – CIAPI).

Materiais: Blocos, canetas, material informativo, equipe de som, flip-charts e material de escrita, computador para os grupos de trabalho, pastas, camisetas, caneta Piloto azul, preta e vermelha, fita crepe, cartolinas, durex, indicadores para grupos (cores), identificadores para votar, crachás dos participantes, suporte para Flipchart (6 unidades).

Humanos: 02 Palestrantes para a Conferência de Abertura, 08 técnicos para trabalho em grupo, equipe de coordenação e apoio administrativo.

#### 5. CUSTOS:

Pré-Conferência e Conferência: Despesas de viagem de Delegados do Poder Público.

Previsão orçamentária:

1 - Honorários de 02 dois palestrantes para Conferência (Transporte, alimentação e palestra) <b>Palestrantes:</b> <b>Bahij Amin Aur</b> - Consultor em Educação, Advogado, representante da OAB no Conselho Nacional do Idoso, no qual é vice-presidente em exercício. Tel. Contato: (11) 99271-5301.  <b>Pérola Melissa Vianna Braga</b> – Advogada. Mestre em Direito Civil pela PUC/SP. Consultora especialista em políticas públicas voltadas ao envelhecimento. Tel Contato: (12) 98141-6973.
2 - Camisetas para Delegados, Suplentes e equipe técnica (100 camisetas com logo da II Conferência)
4 - Alimentação: Pré-Conferência CIAPI/SEPEDI dia 19/02/19 Café da manhã e lanche da tarde para 100 pessoas
5 - Alimentação: Conferência dia 23/03/19- café da manhã (mini coquetel) e Brunch (tarde) para 100 pessoas



6 – Materiais: 150 canetas, 150 pastas, 600 unid. de sulfite, 150 crachás.

7 – Material Gráfico:

1500 Folders A4 com os temas dos eixos da Conferência

1500 Folders pequeno de divulgação – Programação da Conferência

100 cartazes de divulgação

150 adesivos com logo da Conferência

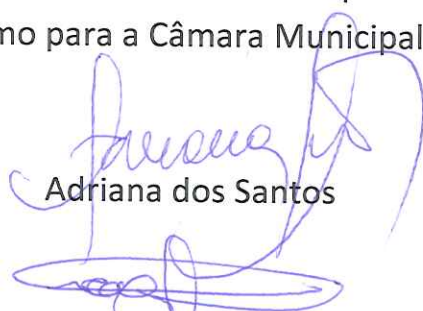
## 6 – COMPROMISSOS PÓS-CONFERÊNCIA:

Avaliação da Conferência pela equipe de trabalho.

Elaboração de relatório final.

Encaminhamento das propostas para a Conferência Estadual da Pessoa Idosa.

Elaboração de relatório de avaliação do evento com encaminhamento para a Prefeitura Municipal e Secretarias participantes do evento, bem como para a Câmara Municipal de Caraguatatuba.



Adriana dos Santos

Cecília de Oliveira Piauí



João Rocha

Renata Shiraishi

Jaquelina Teixeira Da Silva



Maria Aparecida Waack



Zally Pinto Vasconcellos de Queiroz

**Comissão Organizadora da II Conferência Municipal do Idoso de  
Caraguatatuba**

**RESOLUÇÃO CMDDI Nº 49/2019 de 15 de Fevereiro de 2019**

**Dispõe sobre a 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO DE CARAGUATATUBA**

O conselho Municipal de Defesa de Direitos do Idoso, em cumprimento as suas competências Legais, contidas nas Legislações Vigentes, em especial a Lei nº 1.861, de 08 de Setembro de 2010, em seu Artigo 4º inciso XV,

**CONVOCAR:**

Art.1º - A 2ª Conferência Municipal da Pessoa Idosa de Caraguatatuba, a ser realizada na data de 26 de Março de 2019, com o Tema: “ **Os desafios de envelhecer no século XXI e as Políticas Públicas**” com parceria das, **Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Secretaria Municipal de Saúde** e outros.

Art. 2º - As conferências objetivam **propiciar a reflexão e a discussão acerca dos desafios de envelhecer no século XXI e as Políticas Públicas**”, que para ser atingido necessitará que os grupos avaliem e apontem indicativos a partir dos Eixos:

- a) - (Eixo 1) – Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas públicas. Subeixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer.
- b) - (Eixo 2) – Educação: assegurando direitos e emancipação humana.
- c) - (Eixo 3) – Enfrentamento da Violação dos Direitos humanos da Pessoa Idosa.
- d) - (Eixo 4) – Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das Políticas Públicas.

Art. 3º - Serão realizadas pré-conferências no mês de Março, cujos locais deverão ter ampla divulgação, para discussão dos eixos e para escolha de delegados que terão como responsabilidade elencar diretrizes prioritárias em cada eixo e escolher delegado(s) do Município de Caraguatatuba que serão conduzidos à V Conferência Estadual do Idoso a ser realizada no mês de Setembro de 2019.

Art.4º - As despesas referentes à realização da conferência serão de responsabilidade da SEPEDI - Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso e da SEDESC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Art 5º- A Comissão organizadora da II Conferência Municipal da Pessoa Idosa de Caraguatatuba é composta pelos seguintes membros: Zally Pinto Vasconcellos Queiroz; Jaqueline Teixeira da Silva; Cecília de Oliveira Piauí; Maria Aparecida Waack; João Rocha; Renata Shiraishi; Adriana dos Santos.

Art.6º - Esta Resolução segue para publicação, visando dar ampla divulgação.

Caraguatatuba, 15 de Fevereiro de 2019

**Zally Pinto Vasconcellos Queiroz**  
**PRESIDENTE DO CMDDI**

**RESOLUÇÃO CMDDI Nº 48 /2018, de 16 de Agosto de 2018.**

DISPÕE SOBRE INSCRIÇÃO DE INSTITUIÇÕES, EMPRESA INDIVIDUAL LTDA/ME, ORGANIZAÇÕES COM FINS ECONÔMICOS QUE PRESTEM SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO DE CARAGUATATUBA- CMDDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1861 de 08 de setembro de 2010, Alterada pelas Leis nº 2.026 de 12 de Junho de 2012, Lei nº 2.059, de 12 de Novembro de 2012 e Lei nº 2.249, de 20 de Outubro de 2015, e pela Lei Federal nº 10.741/2003 e em Reunião Ordinária do Colegiado realizada em **16 de Agosto de 2018, e**

- Considerando Art. 48, parágrafo único, da Lei Federal 10.741, de 01 de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, as Entidades Não Governamentais de atendimento à Pessoa Idosa devem se inscrever no Conselho Municipal do Idoso e junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária, especificando regimes de atendimento dentro dos requisitos da lei;

- Considerando que a inscrição no conselho é reconhecimento e vinculação a este CMDDI da realização de ações consequentes com a Política de Atenção à Pessoa Idosa dentro das Organizações Governamentais e Não Governamentais, e que a inscrição está disciplinada pela Resolução nº 08 de 14 de Março de 2012, aos que comprovem prestar atendimento à Pessoa Idosa mediante gratuidade e/ou por meio de fomento e parcerias com setor Público, através da realização de Programas, Projetos e Oferta de Benefícios e em atendimento a Política Municipal do Idoso e as legislações em vigor,

- Considerando que cabe ao CMDDI o reconhecimento através da modalidade de Inscrição/ Cadastro das Organizações com fins econômicos que prestem seus serviços no âmbito do Município, e demonstrem estar em regular funcionamento com condições estruturais e humanas, respeitem o cidadão Idoso e o Estatuto de Defesa do idoso e as Legislações que regem e definem seus constitutivos e a atividade a qual prestam serviços direcionados de forma direta à Pessoa Idosa,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - ESTABELECEER critérios para INSCRIÇÃO de Organizações, Empresas Individuais - LTDA e ME, com fins econômicos junto ao Conselho

Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso, que atendam aos critérios que especifica.

Art.2º - Para pleitear Inscrição junto ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso – CMDDI , a Organização deverá apresentar os seguintes documentos:

- I- Requerimento de Pleito para Cadastro ( anexo I);
- II- Contrato Social e/ou outro Instrumento legal de seu constitutivo,
- III- Registro na Junta Comercial;
- IV- C.N.P.J. , em que figure a realização de atividades voltadas à Pessoa Idosa, no código de atividade principal e/ou secundária dentro do corpo de atividades do CNPJ;
- V- Alvará Sanitário em situação Regular;
- VI- A.V.C.B do Corpo de Bombeiros;
- VII- Relação de Quadro de Pessoal por atividade / carga horária e cargo/função;
- VIII- Regimento Interno que descreva como se dá o funcionamento dos serviços dentro do equipamento, relação entre plantões e troca destes, serviços oferecidos e os que deverão ser contratados e/ou de responsabilidade da família do Idoso. Descreva a capacidade total de atendimento, bem como número de usuários atendidos por Grau de Dependência, número de funcionários e auxiliares sua formação e responsável técnico com número do conselho de classe e em regular situação junto a este; e/ou
- IX- Documento organizacional de Procedimento Operacional Padronizado – P.O.P. É um documento que descreve passo-a-passo como executar as tarefas no estabelecimento.
- X- Em caso de existência de contrato de Prestação de Serviço entre a Organização e a família da Pessoa Idosa, remeta cópia do contrato; bem como valores praticados por modalidade de atendimento;

Artigo 3º - Os documentos serão protocolados junto ao setor de protocolo da Secretaria Municipal ao qual o Conselho estiver vinculado, via ofício da Instituição em nome da Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Idoso –CMDDI.

Parágrafo único. A documentação apresentada deverá estar completa, embora possam ser anexados protocolos de solicitação de documentos demonstrando a intenção da Instituição em providenciá-los, o processo só tramitará na presença de todos os documentos citados no Art.2º, desta Resolução.



Artigo 4º - A Comissão de Inscrição, Normas e Análise de Processos de Denúncia, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para finalizar seu parecer, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, por justificativa ao colegiado, devendo exarar parecer conclusivo a ser apresentado ao Pleno do CMDDI para julgamento, deferimento e ou indeferimento do Pleito de Inscrição.

Artigo 5º - O Pleito indeferido pelo Pleno do Conselho caberá recurso se a Instituição demonstrar ter readequado suas atividades, não só no que tange a forma de atendimento, bem como em seus contratos e junto à receita federal, identificando segmento idoso como atividade de sua organização.

Artigo 6º - A manutenção de inscrição ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão do certificado de inscrição. A instituição mediante ofício irá requer sua manutenção de inscrição que deverá ser remetida à Presidência do CMDDI, munido dos documentos atualizados constantes no Artigo 2º desta Resolução, nos incisos V, VI, VII, VIII, IX e X.

Artigo 7º - A inscrição será cancelada caso se observe que houve alteração da(s) atividade(s) que deu origem a inscrição o que desvincula a obrigatoriedade do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do idoso de inscrevê-la.

Artigo 8º - Esta resolução passa a vigorar a partir de sua publicação no Jornal de Veiculação Oficial da Prefeitura

Caraguatatuba, 16 de Agosto de 2018.



Zally Pinto Vasconcelos Queiroz

Presidente do CMDDI

## **RESOLUÇÃO Nº 47, de 19 de Julho de 2018.**

**Delibera sobre a Reconstituição das Comissões Permanentes de Trabalho da VII Gestão 2018-2020 do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso, atribuir novas competências e providências .**

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO, no uso que lhe são conferidas pela Lei nº 1.861, de 08 de Setembro de 2010, Artigo 7º, inciso III, parágrafo 3º e Lei nº 2.026, de 12 de Junho de 2012 e pela Lei nº 2.059, de 12 de Novembro de 2012, em assembleia extraordinária realizada em 19 de Julho de 2018,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - **Reconstituir** Comissões Permanentes no âmbito do Conselho para a Gestão 2018-2020, e atribuir competências a:

- a)- Comissão de Inscrição , Normas e Análise de processos de Denúncia ;**
- b)- Comissão de Orçamento e acompanhamento de ações com recursos do Fundo do idoso e dos Programas/Projetos/Serviços da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso com investimento público.**

Art.2º - A Comissão de Inscrição, Normas e Análise de Processos de Denúncia passa a ser composta dos seguintes conselheiros:

- João Rocha , membro da Sociedade Civil;
- Maria Aparecida de Lacerda de Medeiros, membro do Poder Público;
- Ailton do Prado – membro da Sociedade Civil
- Célia Alves dos Santos Guimarães-membro da Sociedade Civil

Art. 3º - A Comissão de Inscrição, Normas e Análise de Processos de Denúncia terá como competência,

- I- Receber Processos de Pleito de Inscrição de Entidades/Associações/Programas/Serviços e/ou de Pleitos de Manutenção de inscrições anteriormente concedidas.
- II- Analisar juntada de documentos constantes da Resolução 08/2012 no Artigo nº 12, ao processo de inscrição a fim de emitir parecer subsidiando o colegiado para decisão de concessão e/ou manutenção, amparada as legislações em vigor. Se a ter ao disciplinamento da

Resolução nº 11 de 20 de Setembro de 2012, que trata condições que levariam ao cancelamento de inscrição anteriormente concedida.

- III- Os Pleitos de manutenção das inscrições anteriormente concedidas serão analisados a partir dos documentos solicitados no Art. 1º, inciso I, e II, da Resolução nº 25, de 14 de Março de 2012;
- IV- Os Processos de Denúncia deverão estar instruídos de materialidade e indícios que permitam a tomada de providências. Devendo a comissão se articular com órgãos de atendimento a fim de referenciar e encaminhar a situação para procedimentos cabíveis subsidiando o colegiado para sua decisão.
- V- Receber informações para tomada de conhecimento das ações em co-gestão entre a SEPEDI e outros órgãos da administração no atendimento às pessoa idosa , inscrevendo essas ações, sua periodicidade, e recebendo relatórios (qualitativos e quantitativos) elaborados pelos técnicos. Estabelecer periodicidade para o recebimento do relatório.
- VI- Definir seu coordenador e relator, cabendo ao coordenador à vigilância quando aos prazos para conclusão de seus trabalhos e ao relator redigir o documento de conclusão de seus trabalhos para apresentação ao colegiado.
- VII- A Comissão quando acionada para apurar situações de denúncia, terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos, podendo ser prorrogados por mais um período de 30 (trinta) dias, justificando sua proposição, desde que deliberado pelo colegiado o novo prazo.

Art. 4º - A Comissão de Orçamento, Acompanhamento de Ações com Recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa e Programas/Projetos/Serviços da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso, passa a ser composta dos seguintes conselheiros:

- Viviane Dias Vieira de Oliveira; membro da Sociedade Civil ;
- Adriana dos Santos, membro do Poder Público,
- Cleonice Uchôa de Souza – membro da Sociedade Civil
- Quelvani Leal da Silva – Membro do Poder Público

Art. 5º - A Comissão de Orçamento, Acompanhamento de Ações com Recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa e dos Programas/Projetos/Serviços da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do idoso, terá como competência:

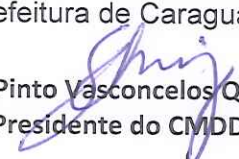
- I- Solicitar cópias em papel e/ou meio magnético dos Planos de Trabalho em execução de Programas/Projetos, ao órgão da Administração municipal; realizar em conjunto com órgão da Prefeitura responsável dentro da Secretaria pelo recebimento e conferências de Prestação de Contas via Termo de Gestão e/ou de Fomento, no que reza a Lei Federal 13.019 , realizando vistas quadrimestralmente e emitindo seu parecer para posterior apresentação ao Pleno do Conselho.
- II- Buscar subsídios da Comissão de Inscrição a qual compete às visitas "in loco" junto aos Serviços de Atendimento à Pessoa Idosa, e/ou subsidiá-la a fim de que no ato da visita possa elucidar eventuais dúvidas acerca do executado e ou do investido naquele atendimento em prol da população idosa assistida por aquela organização.
- III- Efetuar análise dos documentos apresentados pelo órgão gestor, bem como os relatórios emitidos pela equipe de gestão , esclarecendo dúvidas e solicitando cópia do mesmo para juntada de seu parecer;
- IV- Solicitar e receber da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do idoso, SEPEDI, informações que forem necessárias para desempenho de suas atribuições, e esclarecedoras visando subsidiar seu parecer.
- V- Estabelecer e solicitar ao ordenador de despesas da Secretária a qual o Fundo estiver alocado os extratos da(s) conta(s) com denominação Fundo Municipal do Idoso, periodicamente a fim de acompanhar a sua movimentação. Remeter cópia dos documentos aos coordenadores financeiros do Fundo, membros da diretoria executiva do colegiado.
- VI- Solicitar cópias dos processos de Chamamento Público, ao qual o conselho é afeto, em papel ou em meio magnético da inicial á conclusão, caso envolvam recursos oriundo das contas com Denominação Fundo Municipal do Idoso;
- VII- Atuar junto ao Coordenador Financeiro do Fundo, a fim de montar acervo de documentos que permitam não só o acompanhamento das entradas e saídas de recursos e da sua consequente finalização de tudo que foi



empenhado , colhendo prova material e redigindo relatórios conclusivos, tendo com parâmetro o Previsto e Aprovado no Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Municipal do Idoso.

- VIII- Definir seu coordenador e relator, cabendo ao coordenador à vigilância quando aos prazos para conclusão de seus trabalhos e ao relator redigir o documento de conclusão de seus trabalhos para apresentação ao colegiado.
- IX- A Comissão no exercício de sua competência com Relação ao Acompanhamento do Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Municipal do idoso estabelecerá junto à Presidência do Conselho e o Ordenador de Despesas periodicidade compatível com a matéria em acompanhamento, garantindo a consequente finalização dentro do Exercício Financeiro e nos prazos em que a ação em acompanhamento já tiver estabelecido para sua conclusão. Caso não haja conclusão e/ou finalização das pactuações, Termos, Chamamentos, entre outros, dentro do previsto, deverá constar a informação por escrito no referido processo de acompanhamento e informado ao Pleno do Conselho.

Art. 4º - Esta Resolução deverá ser encaminhada para publicação em veículo oficial de divulgação dos atos oficiais da Prefeitura de Caraguatatuba.

  
Zally Pinto Vasconcelos Queiroz  
Presidente do CMDDI

**RESOLUÇÃO Nº 46, de 19 de Julho de 2018.**

**Divulga a nova composição da Diretoria Executiva para VII Gestão período de julho de 2018 à junho de 2020 do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso e da outras providências.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO, no uso que lhe são conferidas pela Lei nº 1.861, de 08 de Setembro de 2010, Artigo 7º, inciso III, parágrafo 3º e Lei nº 2.026, de 12 de Junho de 2012 e pela Lei nº 2.059, de 12 de Novembro de 2012, em assembleia extraordinária realizada em 19 de Julho de 2018,

**RESOLVE:**

**Reconstituir sua Diretoria Executiva, a qual passa a ter a seguinte composição atendendo o período da VII Gestão do CMDDI.**

**Presidente: Zally Pinto Vasconcelos Queiroz – Sociedade Civil**

**Vice- Presidente: Adriana Santos – Poder Público**

**1ª Secretário: Ailton do Prado – Sociedade Civil**

**2ª Secretária: Jaqueline Teixeira da Silva – Poder Público**

**1º Coordenador do Fundo Municipal do Idoso: Maria Aparecida Waack – Sociedade Civil**

**2º Coordenador do Fundo Municipal do Idoso: Quelvani Leal da Silva – Poder Público.**

**Secretaria Executiva: Rita de Cássia de Moraes Canuto- Assistente Social I – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso – SEPEDI.**

**Art. 2º - Art. 4º - Os efeitos desta Resolução passam a vigorar a partir da Ata que definiu a nova diretoria, devendo ser encaminhada a publicação em veículo oficial de divulgação dos atos oficiais da Prefeitura de Caraguatatuba.**

  
**Zally Pinto Vasconcelos Queiroz**  
**Presidente do CMDDI**

RESOLUÇÃO Nº 045, DE 12 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INSCRIÇÃO E DE MANUTENÇÃO DESTAS DAS INSTITUIÇÕES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da Lei nº 1.861, de 08 de Setembro de 2010, Lei nº 2026, de 12 de junho de 2012 e pela Lei 2.059, de 12 de Novembro de 2012, E EM REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em maio de 2018,

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER INSCRIÇÃO JUNTO AO C.M.D.D.I.:**

- 1- DA A INSTITUIÇÃO, **F.J.M.C – CASA DE REPOUSO LTDA – ME – OASIS RESIDENCIAL**, CNPJ nº 27.170.999/0001-73 , com sede a Avenida Geraldo Nogueira da Silva, nº 330 – Bairro Praia das Palmeiras, Inscrita neste Conselho sob nº 06, Março de 2018.

**Art.2 º - CONCEDER A MANUTENÇÃO DE INSCRIÇÃO JUNTO AO C.M.D.D.I. das Instituições Abaixo qualificadas:**

- 1- **INSTITUTO PRO+VIDA SÃO SEBASTIÃO**, CNPJ nº 49.263.528/0003-49, com sede a Rua José Benedito de Faria, nº 05 – Ponte Seca, Inscrito no CMDDI nº 02/2013. Manutenção concedida, validade até Abril de 2019;
- 2- **VILA VICENTINA DE CARAGUATATUBA**, CNPJ Nº 50.006.048/0001-85, com sede a Rua Santos Dumont, nº 607 – Centro, Inscrita sob o nº 01/2013. Manutenção concedida válida até Abril de 2019;
- 3- **ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS**, CNPJ Nº 03.506.504/0001-76, com sede a Rua Emílio Marcondes, nº 150 – Bairro do Pereque Mirim, Inscrita sob o número 04/2013. Manutenção concedida válida até Abril de 20189;
- 4- **CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE ESTRELA DO MAR – CCTI** , CNPJ nº 50.324.722/0001-70, com sede a Alameda dos Ciprestes, nº 145 – Bairro Cidade Jardim, Inscrita no CMDDI sob o nº 05/2013. Manutenção concedida válida até Abril de 2019;

Art. 3º - A Inscrição junto ao CMDDI tem revalidação a cada período de 12(Doze) meses, em que as Instituições deverão apresentar junto ao CMDDI seguintes documentos: – Ata de Alteração de Sua Diretoria caso tenha ocorrido no período, Relatório de Impacto Social das Atividades realizadas no ano anterior, e Plano e/ou Projeto de Trabalho para o Ano em curso

Art. 4º - Encaminhe a presente Resolução para conhecimento público e das Instituições que faz menção.

  
**ZALLY PINTO VASCONCELOS QUEIROZ**  
**PRESIDENTE DO C.M.D.D.I**

RESOLUÇÃO Nº 044, DE 12 DE JULHO DE 2018.

INSTITUI CERTIFICADO DE MÉRITO A  
CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da Lei nº 1.861, de 08 de Setembro de 2010, Lei nº 2026, de 12 de junho de 2012 e pela Lei 2.059, de 12 de Novembro de 2012, em especial ao inciso XI, da Lei nº 1.861, reconhecendo empenho de conselheiros municipais no cumprimento de suas ações delegadas, bem como dos esforços empreendidos individualmente, com espírito cidadão e em prol da população Idosa de nosso Município e ainda,

I - Considerando que ser cidadão implica em assumir responsabilidades de cumprir as leis e participar da vida da cidade, do seu bairro, da sua comunidade;

II- Considerando que as Instâncias de Controle Social, Conselhos de Políticas Públicas foram instituídos pela Constituição Federal de 1988, dentre eles o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso – CMDDI,

III- Considerando que fazer parte de Conselhos de Políticas Públicas é meio legítimo para discussão e avanço das Políticas Públicas de Direito, na medida em que Sociedade Civil e Poder Público se alinham para execução nestas Políticas, quer seja de caráter obrigatório e/ou complementar direcionadas ao universo de cidadãos respeitando suas diferenças, direitos e necessidades, via orçamento;

IV- Considerando que para sucesso da ação conselheira são necessários a soma de individualidades, seus saberes, e conhecimento das áreas as quais representam indicados pelo Poder Público, bem como, da percepção, escuta das necessidades da população idosa trazidas ao Conselho pelos representantes da Sociedade Civil, indicados por suas Associações legalmente instituídas, da voz da experiência de cada um e das demandas de suas comunidades, eleitos pela população para representar seus anseios e resguardar seus direitos;

V- Reconhecer e destacar dentro do coletivo do Conselho, mérito aos cidadãos que no exercício da ação conselheira, dedicaram seu tempo a causa da Defesa dos Direitos do Idoso, demonstrando compromisso e grande responsabilidade com sua indicação e ou eleição, auxiliando ao colegiado em todas as suas demandas, cumprimento de objetivos e metas a frente da Defesa dos Direitos da População Idosa de nosso Município.

**RESOLVE:**

Art.1º - INSTITUIR CERTIFICADO DE MÉRITO AOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO que demonstrarem no exercício da função conselheira:



I- Atitude cidadã para além do cumprimento de suas competências, não só a presença física às reuniões do colegiado, ordinárias e/ou extraordinárias, demonstrando envolvimento e preocupação com o ser Humano da Pessoa Idosa, suas necessidades e direitos.

II- Proposituras de caráter coletivo a partir de casos individuais a inclusão da coletividade Idosa de nosso Município, em respeito ao cidadão idosos, em atendimento às legislações vigentes, propondo difusão de conhecimento das legislações ao cidadão idoso beneficiários de direitos, procurando conhecer e compreender processo de envelhecimento como direito personalíssimo de quem envelhece,

III- Participação qualificada efetiva, colaborando com sugestões e propostas, engajando-se às comissões permanentes e a grupos de trabalho criados, se fazendo presente na organização de Seminários, Conferências, Eventos dentro e fora de nosso Município, e na doação do seu tempo a causa, pela garantia do envelhecimento digno e ao Idoso o acesso a bens e serviços adequados a necessidade de quem envelhece.

Art. 2º - A Certificação ocorrerá a cada período de 02(dois) anos, devendo ser acompanhada pela Presidência do Conselho a atuação de cada um de seus membros, que apresentem perfil base entre outros que mereçam destaque contribuindo para efetivação, implementação e adequação de instrumentos e meios junto à Política Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 3º - As primeiras Certificações concedidas pelo CMDDI aos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil será afeta a Gestão 2016-2018, junto à Cerimônia de Posse de início da nova gestão. O ato de Certificação se repetirá a cada período de 02 ( Dois) anos sucessivamente.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Julho de 2018 , no que concerne ao Artigo 3º, contemplando os Certificados da gestão que especifica convalidado por esta Resolução.



**ZALLY PINTO VASCONCELOS QUEIROZ**

**PRESIDENTE DO C.M.D.D.I**